

# “Homens ocos”, “Funesto desespero”: a psicanálise diante da violência

Renato Mezan\*

Resenha de Magda Guimarães Khouri, Jassanan Amoroso D. Pastore, Inês Zulema Sucar, Raquel Plut Ajzenberg e Reinaldo Morano Filho (orgs.). *Leituras psicanalíticas da violência*. São Paulo: SBPSP/Casa do Psicólogo, 2004, 177 p.

A coletânea organizada pelos colegas da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo reúne dez ensaios sobre a violência, fenômeno que não data de hoje, e que vem assumindo proporções cada vez mais inquietantes. Aliando análises precisas e estilo no geral claro e direto, os vários artigos estabelecem como que um diálogo entre si: questões levantadas por um encontram eco nas formulações de outros, ampliando o espaço de reflexão e conduzindo o leitor, por sua vez, a pensar sobre o assunto. O fato de serem todos os ensaios escritos por psicanalistas garante ao conjunto uma certa unidade, porém as ênfases variam segundo as sensibilidades e as referências de cada autor.

Um dos elementos comuns é a percepção de que a violência exige uma abordagem interdisciplinar — o que é dito com todas as letras por Plinio Montagna —, mas que, no interior dessa interdisciplinaridade, é necessário e útil manter o foco na abordagem psicanalítica (algo particularmente enfatizado por Leopold Nosek). Cria-se assim uma perspectiva a respeito da qual poderíamos dizer o seguinte: as características psíquicas do ser humano são relativamente constantes, entretanto, nas condições da sociedade atual, elas assumem formas específicas, e, portanto, os atos e comportamentos violentos ganham formas também específicas (por exemplo, o terror). Por outro lado, sendo a violência uma constante na história da humanidade, existem nela aspectos invariantes, de modo que uma tragédia grega pode ser tão aguda na descrição e na análise do ódio quanto um texto de Freud, e um poema de T. S. Elliot sobre o vazio emocional, escrito na década de 1920, tão pungente quanto o filme *O cozinheiro, o ladrão, sua mulher e seu amante*, dirigido em 1989 por Peter Greenaway (textos de Leopold Nosek e Luis Carlos Junqueira Filho).

Aliás, cabe perguntar se a violência é hoje mais intensa ou frequente do que em outras épocas, ou se so-

mos nós que, em virtude de algum progresso no processo civilizatório, nos tornamos mais sensíveis a ela e mais enfáticos na sua condenação. As análises contidas no livro parecem apontar para a segunda resposta: as crueldades na guerra ou a escravidão, que atualmente nos revoltam e envergonham, eram aceitáveis há não muito tempo. Em contrapartida, passam a ser exemplos de violência comportamentos que antes não eram incluídos em seu âmbito. A este respeito, diz Isabel Kahn Marin:

Considerando as características do imaginário social contemporâneo, narcísico por excelência, no qual predomina o ideal de autonomia e o individualismo é a meta, a idéia de submeter o outro à nossa vontade parece ser uma violência inominável, tomando como pressuposto o conceito de sofrimento como padecimento e submissão ao outro.

Surge igualmente o conceito de violência contra si mesmo, como no caso do suicídio — que entre os romanos era enaltecido como prova de coragem, e que ainda hoje, na cultura japonesa, é tido como meio de recuperar a dignidade diante de uma situação de vergonha (*seppuku* ou *harakiri*); ou ainda a autoflagelação, que na Idade Média era prova de arrependimento pelo pecado e meio de demonstrar humildade perante Deus (cilício, chibatadas auto-infligidas, como nas procissões da Semana Santa), e cuja forma contemporânea é a punição de si mesmo mediante sintomas dos mais variados tipos.

## As facetas da violência

A violência, concordam os autores, se diz no plural: há violência *individual* (contra si mesmo ou contra outros) e *coletiva* (guerras, massacres, regimes totalitá-

\* Psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autor de diversos livros, entre os quais *Freud, a trama dos conceitos* (Perspectiva), *Figuras da teoria psicanalítica* (Escuta/Edusp), *Escrever a clínica* (Casa do Psicólogo) e *Tempo de muda* (Companhia das Letras). Coordena atualmente a revista *Percurso* e contribui regularmente para periódicos científicos e para os cadernos culturais da imprensa.

rios, escravização de povos vencidos ou mais fracos); há violência *física* (spancamentos, torturas, crimes brutais), *psíquica* (território por excelência da clínica psicanalítica), *cultural* (repressão exercida pelos dominantes sobre os dominados, como a proibição de usar seu idioma ou praticar sua religião); a violência *aberta* ou *implícita*; a violência *ocasional* ou *permanente*, caso em que vigora um “estado de violência” que não deixa de ter conseqüências sobre os atores sociais enredados em tal condição.

José Otavio Fagundes lembra, citando um texto de David Levisky, que

Numa sociedade em que a violência está banalizada, ou não é identificada como sintoma de patologia social, corre-se o risco de a transformar num valor social válido, a ser incorporado. Isso pode gerar condições para que a violência física e moral se transforme num elemento de afirmação do jovem.

Contudo, existe algo comum a todos os aspectos da violência: Deodato Azambuja, no prefácio, identifica a invasão e a ruptura da esfera íntima (corporal ou mental) como constantes nos atos violentos, e outros autores, como José Otavio Fagundes, Plínio Montagna, Luiz Tenório de Oliveira Lima e Isabel Kahn Marin, acentuam o uso da força e da agressividade com o fito de machucar, causar dano ou destruir a si mesmo ou o(s) outro(s), nas várias formas em que isso é possível. Todos concordam com a idéia básica formulada por Freud: a violência resulta da constituição pulsional do ser humano, da qual faz parte a pulsão de morte; partes desta, ao não se fundir com as pulsões de vida, dão origem à agressividade, que por sua vez pode ser empregada contra si mesmo ou contra outros.

A esta visão do fundador da psicanálise — recuperada e ampliada por Jean Bergeret, em seu conceito de *violência fundamental* (citado por vários dos contribuidores) —, soma-se a perspectiva da teoria das relações de objeto, baseada em Melanie Klein e desenvolvida, sobretudo, por autores ingleses: a violência freqüentemente é resposta a feridas narcísicas, a situações vividas como abandono ou desamparo, e a angústias psicóticas não elaboradas. Estas, na falta de meios adequados para contê-las e processá-las, originam atuações nas quais o impulso encontra expressão imediata na ação, sem passar — ou passando apenas de raspão — pelo momento crucial da simbolização. Ignácio Gerber lembra a violência “fria” ou psicopática, tema também tratado por Plínio Montagna, Raquel Elizabeth Pires e Leopold Nosek, entre outros.

Mas a impulsividade não se caracteriza inevitavel-

mente como violenta; se há comportamentos irracionais e cegos que causam dano a outrem, para que o alvo desse comportamento o perceba como violento, parece necessário que exista a *intenção* — consciente ou inconsciente — de ferir ou aniquilar. Em resumo, sugere Plínio Montagna ao citar o caso de uma criança sádica atendida por Anne Alvarez, é preciso estudar cada caso, sem se deixar levar *a priori* por teorias gerais. Já Luiz Tenório de Oliveira Lima lembra que, em certos casos, a violência surge “no oco gerado pela dessexualização”, como ocorre quando uma identificação engendra a submissão masoquista do ego a um objeto despótico alçado à condição de seu ideal.

Um dos méritos deste livro é resgatar, para além da clássica carta de Freud a Einstein sobre “o porquê da guerra”, trabalhos de analistas que se preocuparam com distintas facetas do problema. Assim, no artigo de Plínio Montagna somos apresentados ao conceito de *group mind* formulado por Edward Glover. Esse autor vai além de “Psicologia das massas e análise do ego”, ao caracterizar o que para Freud era apenas regressão e estágios infantis sob a influência do grupo como emergência de aspectos *psicóticos*, tanto nos indivíduos que o compõem quanto na própria mentalidade de grupo, tema que será, por sua vez, retomado por Herbert Rosenfeld, Donald Meltzer e Wilfred Bion.

Da mesma forma, o simpático e hoje um tanto esquecido Richard Money-Kyrle ou o psicanalista italiano Franco Fornari têm suas idéias examinadas, e, talvez para surpresa do leitor menos familiarizado com a rica história da nossa disciplina, revelam-se muito instigantes em suas formulações. Fornari, para dar um exemplo, interpreta o avanço das tecnologias bélicas como satisfazendo fantasias cada vez mais *arcaicas*: as armas brancas (punhal, lança, espada, flecha) ainda se situam sob a égide do fálco; as armas de fogo evocam fantasias de cunho anal; já as bombas atômicas (e outros meios de destruição em massa, como as armas químicas empregadas pelos alemães na Primeira Guerra Mundial e pelos americanos no Vietnã) dão expressão a imagens psicóticas de fragmentação e aniquilamento. A pitoresca leitura de Fornari deixa um travo amargo na boca do leitor: se se torna possível a efetuação de fantasias cada vez mais arcaicas, será mesmo verdade que ao longo dos séculos o processo civilizatório *avançou*?

### A desagregação dos referenciais culturais

O fato é que as duas coisas são verdadeiras: há avanço e regressão. As excelentes análises da sociedade contemporânea que encontramos, entre outros, nos artigos de José Otavio Fagundes, Isabel Kahn Marin, Leo-

pold Nosek e Raquel Elizabeth Pires são concordantes: nos âmbitos econômico, social e ideológico, as condições atuais favorecem a eclosão de angústias mais e mais intensas, ao mesmo tempo que dificultam sua elaboração ao destruir sistematicamente os meios simbólicos que gerações anteriores haviam construído para contê-las e processá-las.

Pois o *medo*, como mostra Jean Delumeau em seu livro *La Peur en Occident*, assombrou por séculos a mente européia, na exata proporção em que as pessoas permaneciam indefesas diante de calamidades naturais/sociais (fome, doenças, peste, guerra), e se viam como essencialmente pecadoras: a danação eterna, a morte sem absolvição, o espectro da fúria da Natureza (secas, avalanches, tempestades) ou dos outros homens (dos salteadores de estrada aos invasores hunos, vândalos, mongóis ou turcos) foram durante muito tempo fontes de terror para os habitantes da Europa. Com o progresso material e os avanços da ciência a partir do século XVII — a modernidade —, tais medos diminuem, também porque se torna possível um grau maior de controle sobre aquilo que os provocava: o século XIX é o século do otimismo, da crença na vitória da Razão e no poder dos homens para prever — e, portanto, em certa medida evitar — aquilo que em eras mais obscuras era motivo de ansiedade ou de pavor.

Ora, a sociedade atual caracteriza-se por uma série de traços que minam tanto os referenciais estáveis da coletividade quanto a capacidade dos indivíduos de prever razoavelmente seu futuro, engendrando inseguranças que podem dar origem à violência. Entre outras passagens que descrevem essa situação, seleciono uma de Leopold Nosek:

Há uma ruptura mais acentuada e rápida entre as formas do viver social e as representações que este viver há de requerer. Não se conta mais com as formas tradicionais de cerimônias, rituais de passagem, costumes sociais, formas de relação (...). Voltamos à reflexão de Émile Durkheim sobre a anomia (...). Os indivíduos passam a mover-se num mundo carente de referências, sem o aconchego dado por um repertório de representações comuns aos que convivem (...). Geram-se, assim, graus de violência crônica.

Os artigos de Isabel Kahn Marin e de Raquel Elizabeth Pires focalizam mais de perto o problema da *evitação da dor mental*, mostrando como o efeito das condições descritas por Nosek é agravado pela ideologia do “não se deve sofrer”. Se na perspectiva religiosa tradicional o sofrimento tem sentido — punição ou elevação espiritual, tanto faz, ambas dão significado à provação —,

na era atual acreditamos no “direito a não sofrer” e no seu corolário, a “obrigação de evitar sofrimento a outrem”. É evidente que essas idéias têm um valor humanitário, ligado à noção de direitos humanos, e que esse valor não está em questão: é uma conquista da civilização, caucionada por centenas de milhões de pessoas assassinadas em guerras, torturadas em prisões, escravizadas, violadas e massacradas ao longo dos séculos em que a insensibilidade à violência era a regra.

Ocorre que o “direito a não sofrer” passa a valer para todo e qualquer sofrimento, inclusive os ligados ao mero fato de existir: a perda ou a frustração se tornam intoleráveis, insuportável a não-realização imediata do desejo, inconcebível o caminho por dentro de si mesmo necessário para atravessar e superar uma dor. Escreve Raquel Elizabeth Pires: “As dores inerentes ao próprio viver são experimentadas como invasões provenientes do mundo exterior, e, por isso, precisam ser eliminadas o mais rapidamente possível e a qualquer preço, por meio de fórmulas prontas que prescindam da atividade psíquica”. O resultado é o pânico diante do negativo, e a credulidade em face de tudo o que prometa alívio *cito, tuto e jucunde* (rápido, completo e com alegria), como dizia Freud.

Na educação dos jovens, como mostra Isabel Kahn Marin, tal atitude produz efeitos catastróficos: o medo de pais e professores de “causar sofrimento” às crianças conduz a uma permissividade sem limites; pensando estimular a “autenticidade” e a “expressão de si”, o que fazem esses adultos é na verdade gerar nos jovens uma angústia por vezes intolerável. Criam-se assim personalidades incapazes de aceitar limites, e que portanto — paradoxalmente — os exigirão do entorno, mediante comportamentos que parecem implorar admoestação ou castigo: na verdade, esses jovens querem provas de que alguém se importa com eles, de que alguém está disposto a conter sua angústia e a ajudá-los a superá-la, mesmo que usando de alguma firmeza e de alguma autoridade.

### O vértice psicanalítico

Ao se debruçar sobre as modalidades da violência, a psicanálise ressalta as dimensões inconscientes, mas sem deixar de lado os fatores ambientais que influem sobre a disposição mental. Sua esfera própria é, obviamente, a do “acontecer psíquico”; contudo, vem se tornando constante a sensibilidade para o que, no *socius*, favorece ou inibe as tendências agressivas que todos compartilhamos. Essa sensibilidade torna possível incorporar à reflexão psicanalítica sobre o tema idéias de filósofos como Theodor Adorno ou Max Horkheimer,

de sociólogos como Émile Durkheim, de antropólogos como James Frazer e Bronislaw Malinowski, de psicólogos acadêmicos cujas investigações demonstram o grau de crueldade de que são capazes pessoas “normais” (por exemplo, o célebre experimento de Stanley Milgram com os choques elétricos). A mesma sensibilidade permite utilizar produções da ficção literária (*Medéia*, *The heart of darkness*), da poesia (Carlos Drummond de Andrade) ou do cinema (*O cozinheiro, o ladrão, sua mulher e seu amante*, 1989; *Apocalipse now*, 1979), não só para ilustrar as teses psicanalíticas, mas ainda para extrair, do que nos dizem criadores e artistas, elementos para fazer avançar a própria pesquisa psicanalítica.

Diante da violência, então, o que podem sugerir os psicanalistas? Por si mesma, nossa disciplina não tem poder para eliminar nem as fontes dela nem seus efeitos mais deletérios, que ocorrem em planos muito distintos da nossa esfera de ação. Mas podemos ajudar, e muito, na *compreensão* dos fatores que engendram violência: tanto na esfera social, ao analisar os mecanismos e processos que aumentam a insegurança, despertam angústias inomináveis e favorecem a impunidade para comportamentos violentos, quanto na esfera das relações pessoais, ao apontar modos de interagir que estimulam reações violentas ou simplesmente veiculam, sem a necessária contenção, os impulsos e as fantasias derivados da nossa agressividade natural. O próprio comportamento violento pode ser uma forma — equivocada, mas por vezes a única de que dispõe o sujeito — de tentar escapar à pressão excessiva da sociedade.

Assinala com razão Isabel Kahn Marin:

É preciso resgatar a idéia de que o indivíduo, anunciado como livre e autônomo pela modernidade, é cindido, imprevisível, evanescente, em crise e em busca; e é muitas vezes pelo sintoma que ele pode denunciar essa tentativa de escapar às forças opressoras das quais não consegue falar e com as quais não consegue ainda brigar.

Neste sentido, os trabalhos de Otto Kernberg citados por vários dos autores trazem uma importante contribuição, ao diferenciar metapsicologicamente *agressividade* de *irritação*, *raiva* e *ódio* — este, segundo Kernberg, um estado afetivo mais complexo e estável, com componentes caracteriais e conteúdos cognitivos mais elaborados.<sup>1</sup>

Se a violência provém da pulsão ou da angústia, ou seja, de fatores que impelem a uma descarga direta daquilo que atormenta o sujeito, o caminho psicanalítico para minorá-la só pode ser um: o da elaboração de *mediações* entre o impulso e o ato. Essas mediações podem assumir a forma de defesas mais sofisticadas do que as vigentes na posição esquizoparanóide — pois a cisão, a projeção, a identificação projetiva ou as defesas maníacas convivem bem com a atuação e, mesmo, em certa medida, a favorecem. Mas o grande recurso da psicanálise, que trabalha com a linguagem, é a construção de mediações simbólicas, ou *representações*, capazes de acolher e dar sentido às fantasias destrutivas e às pulsões agressivas que nos habitam.

Ao mesmo tempo, ela promove tolerância à própria dor mental e tolerância à inevitável não-coincidência entre o que esperamos dos outros e o que eles podem nos oferecer. Tornar-se carteiro, em vez de soldado ou ditador, como no poema de Drummond<sup>2</sup> lindamente glosado por Cintia Buschinelli; criar espaços para o sonho, como (a partir de Bion) propõem outros autores; ou construir representações aptas a dizer e a conter o que de outro modo se expressaria como violência, como sugere Leopold Nosek: é por essa via que a psicanálise pode contribuir, em sua esfera própria, para lidar com a violência que espregueja dentro de todos nós.

É o que vemos no texto de Paulo César Sandler, escrito sob a forma de um depoimento por livre associação, no qual reminiscências do avô e do pai se mesclam a diálogos imaginários com Bion e a impressões de uma viagem de carro pela Europa: ali, como que em ato, as vivências desconcertantes são passadas pelo crivo de representações que, ao atuar como referenciais, dão *sentido* tanto ao que acontece quanto às reações daquele a quem aquilo acontece. Percepções e sentimentos se convertem assim na trama da *experiência* — e Sandler demonstra como tem razão o filósofo Theodor Adorno, que (citado por Plínio Montagna) assinala precisamente de que maneira as condições sociais fazem desaparecer a experiência como algo coerente e dotado de continuidade, substituindo-a por meras ações que se esgotam em si mesmas.

O conhecimento das condições que engendram a alienação é uma etapa necessária para que ela possa ser superada; mas a psicanálise pode ir além disso, no seu âmbito próprio, o da experiência emocional. Sua novidade em relação a métodos anteriores para lidar com o sofrimento psíquico — e portanto com as condições

<sup>1</sup> Note-se que essa concepção do ódio discrepa um tanto da que propõe Freud, para quem ele é um fator primário na constituição psíquica. Tal discrepância se deve, a meu ver, à posição diferente do objeto na metapsicologia dos dois autores, e também à influência da visão kleiniana sobre a concepção de Kernberg. Mas esta é uma discussão complexa, que não cabe nos limites da presente resenha.

<sup>2</sup> Carlos Drummond de Andrade (2002). O medo. In: *Poesias completas*. São Paulo: Nova Aguilar.

que podem engendrar a violência — fica patente se a compararmos ao que existia entre os gregos antigos. Escutemos Medéia, na peça homônima de Eurípidés: “Nunca, porém, se descobriram meios de amenizar, com cantos e com música, o funesto desespero, e dele provêm a morte e os infortúnios terríveis que fazem ruir os lares”.<sup>3</sup>

A psicanálise não é (ainda?) realizada com cantos e com música. Mas ela cumpre, com aqueles a quem pode alcançar, uma função semelhante: convida quem padece com o “funesto desespero” a criar, em companhia do analista, seu próprio canto — mediação, justamente, simbolização, expressão e sublimação do que de outra forma poderia se transformar em violência. E, no plano do discurso, do debate entre cidadãos a respeito de um flagelo que já não queremos considerar inevitável, ela oferece — como observa José Otavio Fagundes — idéias e hipóteses sobre o que pode gerar violência, contribuindo assim para eventuais medidas de prevenção. O que, convenhamos, não é pouco. Abrindo espaço para pensar, levando em conta que o psíquico é também feito com a matéria do social, o livro aqui comentado demonstra que os psicanalistas não querem ser, e não precisam ser, espectadores passivos do que os rodeia, “vozes dissecadas, quietas e inexpressas como o vento na relva seca”, nos belos versos de T. S. Elliot citados por Leopold Nosek. A esperança de Freud ainda nos anima: “A voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.<sup>4</sup>

3 Citado por Leopold Nosek, *Leituras...*, p. 125.

4 Frase final de *O futuro de uma ilusão*, 1930.

---

Renato Mezan  
Rua Amália de Noronha 198 — Pinheiros  
05410-010 — São Paulo — SP  
Tel. 11 3081-4851  
rmezan@uol.com.br